



## ATA DO CONSELHO DE RECUPERAÇÃO DOS BENS AMBIENTAIS LESADOS

Ata nº 01/2025 da 7ªReunião Ordinária do Conselho de Recuperação dos Bens Ambientais Lesados – CRBAL.

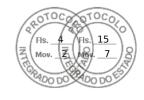
Aos 03 dias de julho de 2025, às 10h40 (dez horas e guarenta minutos), realizou-se de 1 forma híbrida, por meio da plataforma ZOOM e com a presença de membros do 2 Conselho de Recuperação dos Bens Ambientais Lesados na sala de reuniões da 3 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável do Paraná – SEDEST, situada na 4 Rua Desembargor Motta, n°3.384, Bairro Mercês, Curitiba-PR, a 7ª Reunião Ordinária 5 do CRBAL, em rigorosa observância ao Regimento Interno desse colegiado; a reunião 6 7 deste Conselho foi presidida pelo Sr. RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO, Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável; estando presente na Condição 8 de Conselheiros os seguintes membros: Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, 9 Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra; pelo Sr. NELSON LUIZ GOMEZ, Presidente 10 do Instituto de Engenharia do Paraná - IEP; PEDRO FUENTES DIAS, Presidente em 11 12 exercício do Movimento Pró-Paraná e representando o Sr. Marcos Domakoski; Dr. PAULO GLASER, em substituição ao Dr. Luciano Borges, representando a Procuradoria 13 Geral do Estado - PGE; bem como o Dr. DANIEL PEDRO LOURENÇO, em substituição 14 ao Dr. Francisco Zanicotti, representando a Procuradoria Geral de Justiça; ainda 15 estavam presentes o Sr. RODRIGO ARAÚJO RODRIGUES, Diretor-Geral da SEDEST; 16 a Sra. ANA CASTRO, Assessora de Gabinete da SEDEST; a Dra. SILVANA 17 18 BITTENCOURT, Chefe da Assessoria Jurídica da SEDEST; o Sr. JONAR JOHANNES ROTH, Assessor técnico da SEDEST; Sra. VALÉRIA SANTANA SANTOS, assessora 19 dos Conselhos; Sra. VANESSA CRISTINA CORDEIRO FREIRE, assessora de 20 imprensa da SEDEST; a Dra. ANA PAULA LIBERATO, Chefe da Assessoria Técnica 21 22 Jurídica do Instituto Água e Terra; o Sr. EDER ROGÉRIO STELA, Diretor Financeiro do Instituto Água e Terra; bem como o Sr. ALEX JUSTUS DA SILVEIRA, assessor do 23 24 CRBAL que contribuiu com o apoio técnico e administrativo da reunião; de início, o Secretário da SEDEST e Presidente do CRBAL, Sr. RAFAEL GRECA DE MACEDO, 25 saudou todos os presentes e agradeceu a presença dos mesmos; ato contínuo realizou 26 a abertura da 7ª Reunião Ordinária do CRBAL, informando a todos que o Conselho de 27 Recuperação dos Bens Ambientais Lesados- CRBAL, tem como principal objetivo a 28 aprovação prévia dos recursos decorrentes de condenações em Ações Civis Públicas 29





30 em planos, programas e projetos relativos à questões ambientais; que o CRBAL integra 31 o Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA e possui conta própria para atender suas 32 finalidades. Informou, ainda, que o motivo da reunião e da pauta em específico se dá por 33 conta da previsão no Regimento Interno do CRBAL de que compete a esse colegiado 34 destinar e aprovar os recursos decorrentes das condenações em Ações Civis Públicas em planos, programas, projetos, ações e obras através de Plano de Aplicação Anual. 35 36 Sendo assim, nos termos do art. 3°, inciso II, alínea "b" do Regimento Interno do CRBAL, 37 a presente reunião visa referendar pelos membros desse colegiado os projetos que já estão aprovados no âmbito do Termo de Acordo Judicial - TAJ-Petrobrás, em andamento 38 no TRF-4. Salientou, ainda, que todos os projetos contemplados no Plano de Aplicação 39 40 previamente encaminhado a todos os membros do CRBAL, já foram aprovados no 41 âmbito do TAJ supracitado, razão pela qual a apresentação desta pauta visa somente 42 cumprir uma formalidade regimental. 43 Em seguida, leu-se a pauta da ordem do dia, que é a "Ciência e deliberação pelos 44 membros do CRBAL do Plano de Aplicação dos Recursos do CRBAL/FEMA, o qual 45 contempla exclusivamente os projetos já aprovados no âmbito das Sessões de Conciliação do Sistema de Conciliação da 4ª Região - concernentes ao TAJ -46 Petrobrás", deixando claro que todos os projetos foram aprovados em Audiência Judicial 47 no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4 com a presença do 48 Ministério Público Federal e Estadual, IBAMA ICMBIO, PGE, IAT, SEDEST, bem como, 49 50 proponentes dos projetos. Em seguida o Presidente do CRBAL passou a palavra ao 51 Assessor do CRBAL para conduzir os encaminhamentos dos trabalhos, momento em 52 que o Sr. Alex Justus da Silveira reforçou a informação já repassada pelo Presidente no 53 sentido de que os Projetos contemplados no Plano de Aplicação encaminhado aos Conselheiros já foram previamente analisados e aprovados no âmbito das reuniões 54 55 técnicas e nas Audiências de Conciliação ocorridas no âmbito do TRF-4; e que nesse sentido e considerando o envio prévio do Plano de Aplicação e das Atas das Sessões de 56 Conciliação nas quais os 72 projetos foram aprovados, gostaria de saber dos 57 Conselheiros da possibilidade de dispensar a leitura do Plano de Aplicação, e dar o 58 encaminhamento no sentido de que caso haja algum questionamento ou necessidade 59 de esclarecimento de algo em específico, que assim façam os Conselheiros. Ato 60 61 contínuo, o representante do IEP, Sr. Nelson Gomez, pediu a palavra e se manifestou no sentido de que o Projeto identificado como de nº46 estava com o indicador de eixo 62 63 temático equivocado, na medida que esse projeto Monitora Paraná não deveria estar





64 enquadrado na temática de abrangência descrita no item 4.2.1 (I, II), tal como está 65 enquadrado no Plano de Aplicação, devendo estar enquadrado no item 4.2.2 (VII); também alegou que alguns projetos contemplavam a descrição em mais de um inciso 66 67 dentro do eixo temático, e que isso poderia comprometer o valor dos recursos 68 direcionados para cada eixo temático e/ou para cada item dentro desse eixo, assim sendo, propõem que os projetos sejam classificados num único inciso do item 4 do TAJ. 69 70 Comentou que analisando alguns dos projetos verificou que há a possibilidade dos 71 recursos solicitados nos projetos ultrapassar os valores disponíveis, a exemplo do item 72 4.2.1. que trata das UC Federal, cujo valor seria de Cento de Setenta e poucos milhões 73 de reais e não teria recursos para tudo isso. Em seguida o Dr. Daniel Lourenço também 74 se manifestou no sentido de também ter verificado essa situação em relação ao projeto 75 n°46; e em resposta a esta situação, o Sr. Jonar Johannes informou que realmente na Planilha está descrita como Ação o item 4.2.1 (I, II), contudo, no campo histórico da 76 77 Planilha, é possível verificar a existência de uma observação informando que na 78 "Audiência - 05/07/2024 - 09:00 horas: Realocado para 4.2.2 (VII)", sendo assim, o 79 projeto número 46, relativo ao Monitora Paraná, deve estar enquadrado no eixo temático 80 4.2.2 (VII). Ato contínuo o Sr. Eder Stella pediu a palavra e solicitou ao assessor Alex Justus que reproduzisse na tela o valor atualizado dos recursos do CRBAL relativos ao 81 TAJ-Petrobrás, informando que com a atualização dos últimos meses o valor em conta 82 para financiar o eixo temático 4.2.1. Federal é de R\$188.654.289,03, e esse saldo 83 84 correpondente ao valor atualizado em 30/06/2025; nesse mesmo sentido todos os 85 valores dos outros eixos temáticos também são atualizados, e que os valores dos 86 projetos em discussão estão em perfeita sintonia com os valores disponíveis em conta 87 para uso nos mesmos. Ato contínuo, o Sr. Nelson Gomez reconhece que com esse valor atualizado seu receio em não ter recursos para o fincanciamento de alguns projetos 88 89 perde sentido. Em seguida, o Sr. Everton Souza pede a palavra e comenta sobre a 90 importância de que seja contratado uma instituição técnica financeira para dar o suporte 91 técnico, jurídico e administrativo aos proponentes que não sejam do poder público, pois 92 do contrário o risco e a insegurança jurídica serão enormes para a administração pública, 93 além do que o Estado não tem o viés de oferecer esse tipo de serviço. Ato contínuo o Sr. 94 Rodrigo Rodrigues informou que hoje pela manhã esteve reunido com agentes da Caixa 95 Econômica Federal a fim de avaliar que tipo de serviço eles podem oferecer e de que maneira os projetos vindo de proponentes diversos poderiam se enquadrar nesse tipo 96 de prestação de serviço executado pela instituição técnica e financeira. Nesse sentido, 97



98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

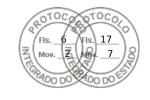
130

131



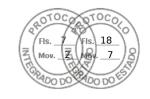
a Dra. Ana Paula sugeriu que a aprovação de liberação de recursos para essas instituições/entidades não governamentais esteja condicionada à celebração de um Contrato Administrativo entre SEDEST/IAT e uma Instituição Técnica e Financeira que ofereça esse apoio jurídico, administrativo e financeiro aos proponentes de projetos que não integram a administração pública. Essa seria a única forma de garantir o mínimo de segurança jurídica à execução dos projetos a serem executados por outros proponentes que não sejam a administração pública. Em seguida o Sr. Pedro Dias pediu a palavra e também demonstrou preocupação com a forma como ocorrerá a destinação de recursos às instituições/entidades que não sejam do poder público, e que concorda que a melhor forma de obter segurança jurídica é a contratação de uma instituição técnico financeira, a exemplo da Caixa Econômica, BRDE, BNDES ou outras. Ato contínuo o Presidente do CRBAL comentou com os presentes que a ideia de contratação de uma instituição técnica financeira é certamente interessante, e registrou uma experiência bastante positiva de contratação de projetos no interior do Estado do Maranhão, quando na época foi Ministro do então Presidente da República Fernando Henrique, afirmou que com a contratação a instituição técnica financeira fazia desde vistorias nas obras até glosagem de pagamento quando a obra não estava em conformidade com o projeto, razão pela qual entende que nos casos dos projetos cujos proponentes não sejam da administração pública a contratação de uma instituição técnica financeira é essencial. Nesta perspectiva, a Dra. Ana Paula se manifestou no sentido de que a liberação de recursos do CRBAL para instituições que não sejam do Poder Público somente deverá ocorrer quando da celebração de contrato com a instituição técnico financeira, de modo a garantir segurança jurídica e administrativa à execução dos projetos. Em seguida, o Presidente do Conselho CRBAL, Sr. Rafael Valdomiro Greca de Macedo, destacou a realidade enfrentada pelos municípios de pequeno porte do interior do Paraná, os quais lidam com sérias dificuldades estruturais e de governança para o adequado manejo dos resíduos sólidos, havendo inclusive registros de locais de descarte irregulares, e que a liberação desses recursos é fundamental para garantir a execução de projetos ambientais em prol da qualidade de vida da população, seja para projetos voltados a coleta e disposição de resíduos, seja para o fortalecimento de Unidades de Conservação. Ressaltou, ainda, a necessidade de aprovação célere de projetos considerados factíveis e de menor complexidade jurídica, exemplificando com projetos de parques públicos ou reservas, os quais não exigiriam grande deliberação por parte do Judiciário, uma vez que os acordos são construídos pelos órgãos envolvidos. Na sequência, o Sr. Daniel,





132 representante do Ministério Público do Paraná (MPPR), esclareceu que o Juiz atua como 133 mediador, homologando os acordos realizados entre as instituições envolvidas, não 134 sendo responsável pela deliberação sobre os projetos. O Sr. Everton Luiz da Costa 135 Souza, Presidente do Instituto Água e Terra (IAT), reforçou que os acordos são construídos entre a SEDEST, IAT, Ministérios Públicos Estadual e Federal, entre outros 136 137 entes, sendo estes os protagonistas do processo. Salientou, ainda, a importância do 138 consenso entre os envolvidos para a viabilização dos projetos futuros, apontando que, 139 em iniciativas anteriores, a falta de consenso inviabilizou algumas propostas. Destacou 140 que os aprendizados dessa etapa devem ser aproveitados para as próximas fases. O 141 Presidente do CRBAL voltou a enfatizar a importância de se buscar soluções rápidas e 142 viáveis, com o objetivo de concluir os processos ainda neste ano ou, no mais tardar, no 143 próximo, dentro da atual gestão. O Dr. Daniel ponderou que, embora seja possível 144 concluir os trâmites processuais, a liberação efetiva dos recursos pode demandar mais 145 tempo; e se manifesta no sentido de que também ficou em dúvida em relação à dúvida 146 levantada pelo Sr. Nelson, que é se foi aprovado o Projeto Monitora 4.2.2.; o que foi 147 respondido pelo Sr. Jonar que sim, que na Audiência judicial ocorrida em 05/07/2024 o 148 projeto foi realocado para o item 4.2.2. (VII), conforme consta na coluna histórico do Plano de Aplicação relativo ao projeto n°46. A Sra. Ana Paula considerou factível concluir 149 150 as definições e reavaliações dos projetos até o mês de agosto, porém, alertou que a 151 execução dos projetos certamente extrapolará esse prazo. O Sr. Daniel questionou sobre 152 a dúvida do conselheiro Nelson, se a proposta havia sido efetivamente aprovada. Em 153 resposta, o Sr. Jonar esclareceu que tal aprovação estava registrada em ata anterior. 154 Em seguida a Dra. Ana Paula reforçou a necessidade de condicionar a liberação de 155 recursos para projetos externos (como os apresentados por universidades e associações), será feito uma reanálise do devido enquadramento nos itens dos pontos, 156 157 pois o que foi apresentado pelo Estado e pelo Município de Araucária estão ok. Também reforçou a importância de se diferenciar os projetos externos (apresentados por 158 universidades e associações) dos projetos oriundos do Estado. Sugeriu que seja 159 160 realizada uma reanálise do devido enquadramento dos projetos, considerando seus 161 respectivos pontos e critérios técnicos, e que essa separação seja clara no processo. 162 Em seguida, o Sr. Pedro Dias destacou a importância de fortalecer as estruturas públicas 163 e privadas para assegurar a execução dos projetos, propondo o envolvimento de comissões estatais de apoio técnico. Na sequência, o Secretário Executivo do CRBAL, 164 165 Sr. Alex Justus da Silveira, a pedido do Presidente, enunciou a deliberação aprovada por





consenso, conforme manifestação do Sr. Everton, nos seguintes termos: Foi aprovada, por consenso dos Conselheiros presentes, a proposta do plano de aplicação de recursos do CRBAL, com as seguintes condicionantes: 1) Readequação dos incisos relativos à regra de aplicação dos recursos concernente ao eixo temático dos projetos apresentados pelas associações, fundações e universidades – projetos caso 1 e caso 2 do TAJ; 2) Separação clara entre os projetos do TAJ oriundos do Estado, os quais terão liberação de recursos imediata, e os projetos externos apresentados por associações e universidades, os quais dependerão da celebração de contrato entre SEDEST/IAT e Instituição técnica financeira para fins de liberação de recursos; e 3) Nas situações do caso 1 e caso 2 do TAJ, haverá a necessidade de contratação de uma instituição para apoio técnico e financeiro para viabilizar a execução dos projetos, bem como a instauração dos processos licitatórios dos proponentes que estejam enquadrados nos casos supracitados. Quanto aos projetos que ainda não tiveram definição no âmbito do TAJ, ficou estabelecido que a data de 21 de agosto será o prazo final para a reavaliação dos projetos atuais e para o lançamento de novo edital. Por fim, foi registrada em ata a seguinte deliberação final: O plano de aplicação foi aprovado, com a condicionante de retificação dos incisos relativos à área de abrangência dos projetos do TAJ para os projetos externos - projetos caso 1 e caso 2 conforme Termo de Referência (Instituições de Ensino e 3° Setor). A liberação de recursos para projetos externos, ou seja, para aqueles projetos que não foram apresentados pela administração pública, estarão condicionados à contratação da instituição técnica financeiro. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h59, pelo Presidente do Conselho CRBAL, Sr. Rafael Valdomiro Greca de Macedo, que agradeceu a presença de todos e desejou bom trabalho aos participantes.

189 190

166

167

168169

170

171172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

## RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO 191 Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Conselho 192 de Recuperação dos Bens Ambientais Lesados 193 194 195 **EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA** Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra 196 197 **NELSON LUIZ GOMEZ** 198 199 Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná 200



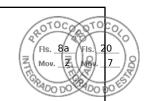






## **PEDRO FUENTES DIAS** 201 202 Presidente em exercício do Movimento Pró-Paraná 203 **PAULO ROBERTO GLASER** 204 Representante da Procuradoria Geral do Estado 205 206 207 DANIEL PEDRO LOURENÇO 208 Representante do Ministério Público do Estado do Paraná 209 210





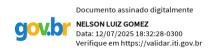
Correspondência 215/2025.

Documento: Ata\_CRBAL\_Reuniao\_01\_2025.pdf.

Assinatura Qualificada realizada por: Rafael Valdomiro Greca de Macedo em 09/07/2025 10:42.

Assinatura Avançada realizada por: Everton Luiz da Costa Souza (XXX.721.649-XX) em 09/07/2025 14:45 Local: IAT/GDP.

Inserido ao protocolo **24.273.302-9** por: **Alex Justus da Silveira** em: 07/07/2025 10:24.





Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: 6e3a1205061c912a5750267ae8ee08d7.





 $\label{locumento:decomposition} Documento: \textbf{ATACRBAL\_assinada\_03\_07\_2025.pdf}.$ 

Assinatura Avançada realizada por: Paulo Roberto Glaser (XXX.813.289-XX) em 16/07/2025 15:27 Local: PGE/PAM.

Inserido ao protocolo **24.273.302-9** por: **Alex Justus da Silveira** em: 16/07/2025 13:30.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual  $n^{\underline{0}}$  7304/2021.